

# arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,  
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

Volume 28 Número 103

13 de julho de 2020

ISSN 1068-2341

## Sistema de Seleção Unificada: O que a Pós-graduação Stricto Sensu tem Pesquisado?

*Isabella Araújo Campos*



*Magnus Luiz Emmendoerfer*

Universidade Federal de Viçosa  
Brasil

**Citação:** Campos, I. A., & Emmendoerfer, M. L. (2020). Sistema de Seleção Unificada: O que a pós-graduação stricto sensu tem pesquisado? *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(103).  
<https://doi.org/10.14507/epaa.28.4959>

**Resumo:** Este artigo analisou a política de acesso ao ensino superior do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) idealizada e implementada no Brasil. A escolha deste tema refere-se à importância política, econômica e social do acesso da população a esse nível de ensino. Para tanto, em termos metodológicos, realizou-se uma revisão sistemática no banco de teses e dissertações sobre o tema da CAPES, cuja escolha foi motivada pela centralidade da CAPES como principal agência de fomento à pós-graduação no Brasil, bem como devido a incipiência das publicações científicas sobre o tema. A partir dos resultados, verificou-se que, apesar de ter diminuído o número de dissertações defendidas em 2015 e em 2017, não se pode afirmar que as discussões sobre o assunto esteja se esgotando, já que são poucas as Instituições envolvidas. Por meio da análise temática, pode-se inferir, que o SiSU não trouxe consequências positivas para o preenchimento das vagas, entretanto nas demais análises, os resultados foram divergentes, por isso serão necessárias mais pesquisas na área para que se possa fazer inferências mais precisas. Os resultados desta pesquisa visam contribuir para o aperfeiçoamento do debate sobre políticas públicas de acesso ao ensino superior em países emergentes e em desenvolvimento no hemisfério sul.

Página web: <http://epaa.asu.edu/ojs/>

Facebook: /EPAAA

Twitter: @epaa\_aape

Artigo recebido: 29/07/2019

Revisões recebidas: 29/01/2020

Aceito: 17/02/2020

**Palavras-chave:** Política de Acesso ao Ensino Superior; Método Bibliográfico; Brasil

**Unified Selection System: What has the stricto sensu graduate researched?**

**Abstract:** This article analyzed the policy of access to higher education of the Unified Selection System (SiSU – Sistema de Seleção Unificada, in Portuguese) conceived and implemented in Brazil. The choice of this theme refers to the political, economic and social importance of the population's access to this level of education. In methodological terms, a systematic review was carried out on this topic in the theses and dissertations catalog of CAPES, the main fostering agency for graduate studies in Brazil, due to incipience scientific publications on the topic. As results, in despite the decrease in the number of dissertations defended in the period 2015-2017, it cannot be said that discussions on the subject are running out, since there are few institutions involved. Through the thematic analysis, it can be inferred that the SiSU did not bring positive consequences for filling the vacancies. However, in the other analyzes, the results were divergent, so more research in the area will be necessary so that more accurate inferences can be made. The results of this research aim to contribute to the improvement of the debate on public policies for access to higher education in emerging and developing countries in the southern hemisphere.

**Keywords:** Access to Higher Education Policy; Bibliographic Method; Brazil

**Sistema de Selección Unificado: ¿Qué ha investigado la escuela de posgrado stricto sensu?**

**Resumen:** Este artículo analizó la política de acceso a la educación superior del Sistema Unificado de Selección (SiSU – Sistema de Seleção Unificada, in Portuguese) concebido e implementado en Brasil. La elección de este tema se refiere a la importancia política, económica y social del acceso de la población a este nivel de educación. Con este fin, en términos metodológicos, se realizó una revisión sistemática en el banco de tesis y disertaciones sobre el tema de CAPES, cuya elección fue motivada por la centralidad de CAPES como la principal agencia de fomento para estudios de posgrado en Brasil, así como debido a la incipiente Publicaciones científicas sobre el tema. A partir de los resultados, se encontró que, a pesar de la disminución en el número de disertaciones defendidas en 2015 y 2017, no se puede decir que las discusiones sobre el tema se están agotando, ya que hay pocas instituciones involucradas. A través del análisis temático, se puede inferir que el SiSU no trajo consecuencias positivas para llenar las vacantes, sin embargo, en los otros análisis, los resultados fueron divergentes, por lo que se necesitará más investigación en el área para que se puedan hacer inferencias más precisas. Los resultados de esta investigación tienen como objetivo contribuir a mejorar el debate sobre las políticas públicas para el acceso a la educación superior en los países emergentes y en desarrollo del hemisferio sur.

**Palabras clave:** Política de acceso a la educación superior; Método bibliográfico; Brasil

## Introdução

Nos últimos anos, diversas foram as mudanças que ocorreram no ensino superior público brasileiro, principalmente no que tange às políticas públicas voltadas para o acesso a esse nível de ensino. Durante muito tempo, a única forma de selecionar os estudantes para o ingresso ao ensino superior, era por meio do tradicional vestibular. Entretanto, diversas foram as críticas a respeito desta forma de seleção, até que, em 2009, foi enviada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a proposta de utilizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado para avaliar os egressos do ensino médio, como forma de subsidiar o acesso ao ensino superior.

Ainda em 2009, visando concretizar a proposta do novo ENEM, o Governo Federal criou o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). O SiSU corresponde a um sistema totalmente *online*, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), como forma de selecionar estudantes para as vagas de graduação das instituições públicas que dele participarem, utilizando somente as notas do novo ENEM (Brasil, 2012).

Por meio da inscrição no SiSU, o candidato pode escolher duas opções de curso, de acordo com sua preferência, nas instituições participantes do sistema. Além disso, o candidato também escolhe sua modalidade de concorrência, ou seja, se concorre às vagas de ampla concorrência, às destinadas pela Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) ou àquelas reservadas para outras políticas afirmativas da própria Instituição (Pizzio, 2015).

Uma das principais promessas dessa política refere-se à democratização do acesso ao ensino superior. Segundo Rosa (2013) a proposta de democratização se dá na medida em que o estudante pode realizar a prova do ENEM na região da sua residência e concorre às vagas de qualquer instituição de ensino do país que seja vinculada ao SiSU. Assim, tem-se ampliada as oportunidades, já que o candidato não precisa mais se deslocar para participar de um maior número de processos seletivos, diminuindo assim, as barreiras financeiras.

De acordo Nogueira et al. (2017) a implementação do SiSU apresenta vantagens na ocupação das vagas, no aumento da mobilidade geográfica, além de proporcionar maior inclusão dos estudantes provenientes de grupos menos favorecidos. Entretanto, sabe-se que nesse processo de democratização do acesso ao nível superior de ensino, não estão garantidas as questões de permanência (Rosa, 2013).

Diante do exposto, analisar os rumos dessa política, torna-se um desafio. Portanto, o presente artigo teve como foco central analisar o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Com isso, considerou-se pertinente a seguinte questão de pesquisa: o que a pós-graduação *stricto sensu* tem produzido a respeito do Sistema de Seleção Unificada (SiSU)? A escolha da literatura a ser estudada refere-se a importância econômica, política e social do SiSU enquanto política de acesso ao ensino superior, uma vez que se acredita que, atualmente, a busca por esse nível de ensino aumentou e, conseqüentemente, elevou-se o número de candidatos. Além disso, o SiSU ainda é uma política pública recente e pouco estudada, portanto ainda são muitas as incertezas sobre suas reais conseqüências.

Destacados os aspectos relevantes, apresenta-se o seu objetivo geral: analisar a política de acesso ao ensino superior idealizada e implementada no Brasil como Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Para tanto, foram levantadas todas as teses e dissertações, publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tinham relação com o tema SiSU. Assim, pretende-se compor o cenário dessas produções, identificando o ano de defesa e o nível de graduação, as áreas do conhecimento, a região dos trabalhos, as estratégias de coleta e análise dos dados e os subtemas mais abordados pelas pesquisas. Ademais, explora-se mais detalhadamente os trabalhos a fim de delimitar como a política do SiSU é tratada nos diversos estudos.

Apesar do crescente número de trabalhos de revisão sistemática no campo científico, observou-se apenas um estudo do tipo que fora realizado com a temática do SiSU, o que justifica a importância do presente artigo. Pode-se inferir que isso pode ser conseqüência do SiSU ser uma política ainda muito recente e, por isso, pouco estudada, haja vista que ela fora criada no ano de 2009 e implementada em 2010.

Além dessa seção introdutória, o artigo é composto por mais outras três. Na seção seguinte tem-se a apresentação sobre o tema políticas públicas e, mais especificamente, a política educacional objeto deste trabalho, o SiSU. Em seguida, expõem-se de forma detalhada, os

procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização das coletas de dados e a condução das análises. Posteriormente, são apresentados os principais resultados e, por último, os comentários finais.

## **Políticas Públicas e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**

Para Secchi (2013) uma política pública é um conjunto de ações a partir de uma orientação com vistas a solucionar um problema tido como relevante pela coletividade. É a intenção de se resolver um problema público que vai definir se a política é ou não pública (Secchi, 2013). A política de acesso ao ensino superior, por meio do SiSU por exemplo, é uma política dirigida ao enfrentamento de um problema público: a necessidade de formação superior dos brasileiros, haja vista que houve um aumento pela demanda por esse nível de ensino. De acordo com Secchi (2013, p. 10), “o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública”.

Em suma, pode-se perceber que os termos “políticas públicas” e “políticas sociais” são bastante próximos, uma vez que todos os tipos de políticas públicas podem ser considerados, mesmo que indiretamente, como políticas sociais.

Carvalho (2007, p.74) aponta que “A principal característica das políticas sociais é a sua transversalidade”. Segundo o autor, esse tipo de política estabelece as diretrizes e ações para a preservação e a elevação do bem-estar social, de forma que todas as classes sociais sejam alcançadas pelos benefícios do desenvolvimento com a maior equidade possível. Portanto, as políticas sociais existem para que todos consigam ter acesso aos requisitos mínimos necessários para sua sobrevivência e para sua formação enquanto cidadãos, como por exemplo, acesso à educação, acesso a serviços básicos, renda suficiente, dentre outras necessidades (Carvalho, 2007).

Para Fleury e Fischer (2003) as políticas sociais surgem a partir da emergência de uma “questão social”, ou seja, problemas que emergem e são politizados na arena política. Esses problemas, transformados em demandas, requerem estratégias, em forma de políticas públicas, que respondam a essa situação assegurando que a coesão social seja recriada. De acordo com Carvalho (2007, p. 79) “como as políticas sociais são, em sentido mais restrito, formas de intervenção do Estado na sociedade civil, os tipos de políticas sociais vão depender das características do sistema político”. Portanto, uma mesma questão social poderá ser tratada de formas diferentes.

As políticas públicas e sociais são transversais a diversas áreas, como, por exemplo, saúde, educação, segurança, meio ambiente, dentre várias outras. Além disso, uma mesma política pública pode se enquadrar em diversas áreas ou setores, assim como em nenhuma área propriamente dita.

Para Sobrinho (2010), os objetivos das políticas públicas de educação deveriam ir além de apenas focar em aumento de matrículas e de inclusão social. Para o autor, a tão desejada democratização não está restrita à expansão quantitativa, mas também ao comprometimento com a qualidade pública. Enfatiza-se que não existindo qualidade no ensino ofertado aos cidadãos, o princípio da igualdade não estará sendo cumprido e, conseqüentemente, não estarão sendo diminuídos os índices de desigualdade social.

Consta-se que o Estado brasileiro tem se preocupado, nos últimos anos, em apostar investimento maciço na educação superior, buscando via políticas focais de curto alcance, garantias de alguma igualdade de condições de acesso, mas que não preveem igualdade de condições de permanência e, em especial, de sucesso no mercado de trabalho. As políticas sociais são denominadas de universais quando atuam sobre aspectos estruturais do sistema econômico-político, como aumento real e constante do salário mínimo, ou para eliminar as causas do

desemprego e da exclusão social. As políticas focais destinam-se a parcelas da população trabalhadora ou excluída e têm alcance limitado, pois não atuam sobre as causas da desigualdade social produtora da exclusão (Sguissardi, 2015).

Acredita-se que essas políticas focais expansionistas foram pensadas diante de um cenário não muito favorável no qual o país se deparava. De acordo com Aguiar (2016), mesmo com toda a expansão do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a escolaridade líquida da população entre 18 e 24 anos, no ano de 2004, ainda era de apenas 10,4%, o que se classifica internacionalmente como taxa de elite. Na tentativa de mudar esse cenário, a educação superior vem sofrendo mudanças, tanto em relação aos sistemas de avaliação como no ingresso, pois desde o início do século XX, a principal forma de acesso ao ensino superior no Brasil era por meio do vestibular.

Dentre as políticas criadas, destaca-se: instituição do Programa Universidade Para Todos (PROUNI); aprimoramento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); expansão e criação de novos campi e universidades por meio da instituição do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); reformulação do ENEM e, por fim, a criação do SiSU. Não podemos nos esquecer ainda, da implementação de políticas de ação afirmativa, com especial atenção para os programas de reservas de vagas que se formalizou por meio da Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas.

O PROUNI foi criado em forma de lei, no ano de 2005, para conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

Já o FIES, foi instituído para conceber financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos que possuem avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC de acordo com regulamentação própria (Brasil, 2001). Essa medida foi criada em 1999 por meio de uma medida provisória que, posteriormente converteu-se na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. No ano de 2007 e 2010 o FIES foi reformulado. As principais mudanças foram a disponibilização do FIES a fluxo contínuo, ou seja, a qualquer momento do curso os estudantes poderiam contratar o financiamento. O prazo para pagamento passou para três vezes o tempo de uso do financiamento e a carência para dezoito meses. Ademais, os juros de todos os contratos passaram para 3,4% anuais. Ressalta-se que foi facultado aos estudantes dos cursos de medicina e de licenciaturas ressarcirem o financiamento por meio de trabalho nas redes públicas de saúde e educação, respectivamente, amortizando 1% da dívida consolidada por mês de trabalho (Aguiar, 2016).

Depois de direcionados os esforços para as IES privadas, viu-se a necessidade de se pensar nos programas voltados para a rede pública. Nesse contexto, pode-se citar, por exemplo, a criação do REUNI. Gómez e Torres (2015) salientam que a grande maioria dos brasileiros não possui renda suficiente para financiar a educação superior privada.

Esse plano de reestruturação, por sua vez, foi instituído visando criar condições para a ampliação do acesso e, também, para a permanência do estudante no ensino superior, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos já existentes nas IFES. O programa tem como meta, estabelecida pelos parâmetros de cálculo dos indicadores do MEC, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, contando do início de cada plano (Brasil, 2007). Segundo Melo (2017), as metas do REUNI tinham, como objetivo final, atenuar as desigualdades sociais no Brasil.

Apesar dos avanços em relação à ampliação do ensino superior público, muitos autores são críticos frente à forma como esta ampliação foi conduzida, apontando para a precária situação em que se encontram as novas universidades públicas e para a manutenção da lógica privatizante

nas novas políticas adotadas em relação ao setor privado e também ao setor público, sendo que, para este último, as metas do REUNI seriam o melhor exemplo (Aguilar, 2016). Para Gómez e Torres (2015), nesse processo de expansão com vistas à interiorização, muitas vagas são distribuídas em cidades que não possuem a mínima condição de receber uma universidade e nem os estudantes. São cidades localizadas no interior, onde sobram vagas, enquanto faltam nos grandes centros.

O novo ENEM e o SiSU, de fato, fazem parte desse processo de expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Foi desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, que as discussões sobre os processos seletivos adotados pelas instituições tomaram maior destaque, pois a nova LDB deixou de restringir ao tradicional vestibular o processo de seleção para o ensino superior. Com essa liberdade, as universidades começaram a pensar em opções de mecanismos de acesso que melhor atenderiam às suas necessidades e que estabelecessem uma melhor articulação com o ensino médio (Oliveira, 2014), conforme o Art. 51 da LDB:

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino. (Brasil, 1996b, p. 23)

Entretanto, poucas foram as tentativas por parte das instituições de ensino de diversificar a forma de selecionar os estudantes para o ingresso ao ensino superior. Mesmo que outras alternativas fossem implementadas, o vestibular ainda era o processo seletivo mais utilizado. Nesse contexto, algumas instituições implementaram o vestibular seriado, um método de seleção realizado ao final de cada um dos três anos do ensino médio. Ao final do terceiro ano, as notas são somadas de acordo com os pesos estabelecidos (Santos, 2013).

Antes disso, em 1998, já havia sido criado o ENEM. Até então, este correspondia a uma forma de avaliar os estudantes egressos do ensino médio. Segundo Santos (2013), a criação do ENEM visava, sobretudo, auxiliar o MEC na instituição de políticas voltadas para o ensino básico, como por exemplo, promover alterações curriculares.

No entanto, o exame passou por diversas alterações e se tornou, também, a porta de entrada para o sistema superior de ensino. As mudanças começaram quando diversas instituições, a maior parte privadas, começaram a cobrar o exame como primeira fase do vestibular. Entretanto, foi com a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que o ENEM ganhou destaque como forma de ingresso na educação superior, uma vez que se passou a cobrar o exame como condição obrigatória para participar do PROUNI (Santos, 2013). De acordo com Rigo (2016), do ano de 2004 para 2005, ano em que se criou o programa, o número de inscritos no ENEM aumentou mais de 90%.

Tais modificações fizeram com que, no ano de 2009, o MEC enviasse a proposta de utilização do ENEM como forma de ingresso ao ensino superior à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). A proposta questionava o tradicional vestibular quanto ao estabelecimento de mérito e a descentralização do processo, ao limitar a participação dos candidatos nos processos seletivos e beneficiar os mais favorecidos financeiramente, uma vez que são os que possuem condições de participar de um maior número de vestibulares, diversificando as oportunidades de acesso à educação superior. Para tanto, seria necessária uma reestruturação metodológica do ENEM (Brasil, 2009).

Nesse sentido, o novo exame passou a contar com um número maior de questões, aumentando de 63 para 180 questões de múltipla escolha, subdivididas em quatro provas de 45 questões e uma redação. Por conta disso, o exame passou a ser realizado em dois dias. No

primeiro dia de exame são realizadas as provas de “ciências humanas e suas tecnologias” e “ciências da natureza e suas tecnologias”. Já no segundo e último dia é a vez das provas de “línguas, códigos e suas tecnologias”, “matemática e suas tecnologias” e redação (Rigo, 2016).

Segundo Rigo (2016) a proposta de se utilizar o ENEM como forma de ingresso ao ensino superior público, era promover igualdade de oportunidades no acesso a esse nível de ensino. Dessa forma, o tradicional vestibular foi perdendo espaço para o ENEM e, com isso, deixou-se de beneficiar aqueles estudantes mais favorecidos economicamente e oriundos de escolas melhores. Nesse cenário, se fez necessário um sistema que gerenciasse as vagas ofertadas pelas IFES, através das notas do novo ENEM. A partir disso, foi proposto pelo governo federal, a adoção do SiSU.

O SiSU, objeto de estudo desta pesquisa, é um sistema totalmente *online* proposto no Brasil como forma de selecionar estudantes para as vagas de graduação das instituições públicas que dele participarem, utilizando somente as notas novo ENEM (Brasil, 2012). Para o MEC, a proposta tem como principais objetivos ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio, por meio do novo ENEM. Ressalta-se que o SiSU foi criado ainda em 2009, mas só foi implementado no primeiro semestre de 2010. Nesse sentido, a criação do SiSU consolidou a reestruturação do ENEM.

Para se inscrever no SiSU, o estudante vincula sua nota no ENEM e especifica suas opções de vaga em instituição, local de oferta, curso, turno e modalidade de concorrência<sup>1</sup>, por ordem de preferência. Durante o período de inscrição, o SiSU disponibilizará a simulação da nota de corte por curso e modalidade de concorrência, a qual será atualizada diariamente até o último dia de inscrição. Ressalta-se que as simulações da nota de corte não garantem o resultado oficial. Dessa forma, o estudante pode escolher sua primeira e segunda opção de curso e alterá-las durante esse período. Para fins de classificação, será considerada a última escolha confirmada no sistema. Após a matrícula dos aprovados na chamada regular, as vagas não preenchidas são ofertadas para aqueles que constarem na lista de espera. Nesta etapa, candidatos que ainda tiverem interesse na vaga deve se manifestar por meio do sistema para participar (Brasil, 2012).

De forma sintética, Nogueira et al. (2017) apresenta três vantagens sobre a implementação do SiSU:

Sinteticamente, é possível dizer, portanto, que o Sisu teria três vantagens em relação aos vestibulares tradicionais: 1) ampliaria a eficiência institucional ao baratear o processo de seleção de alunos e melhorar a ocupação das vagas; 2) aumentaria a mobilidade geográfica dos estudantes brasileiros; 3) traria maior inclusão de alunos pertencentes a grupos sub-representados no Ensino Superior brasileiro – basicamente, oriundos de escolas públicas, filhos de famílias de baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas. (p. 3)

De acordo com o mesmo autor, o processo de ocupação das vagas se tornaria mais barato e eficiente, pois as instituições não precisariam mais dispende de recursos financeiros para financiar a realização do seu próprio processo seletivo. Além disso, se tornaria mais eficiente, porque o SiSU amplia a visão do candidato sobre as oportunidades de acesso em todo o território nacional, sem a necessidade de o estudante se preparar para provas específicas de cada instituição e sem mais gastos financeiros. Essa facilidade no acesso poderia suavizar o elevado número de vagas ociosas existentes em determinados cursos e instituições. Disso decorre a segunda questão: toda essa dinâmica, sem a necessidade de realização de diversos vestibulares, favoreceria a mobilidade do estudante pelo país. De tudo isso, acredita-se que os estudantes com menores condições

financeiras, poderão se beneficiar de maiores oportunidades de acesso ao ensino superior, destacando o caráter inclusivo do SiSU (Nogueira et al., 2017).

Corroborando com o último autor, Czerniaski (2014) diz que o SiSU pode: [...] proporcionar que estudantes de diferentes regiões do país, possam concorrer às vagas em universidades sem que se façam necessários deslocamentos, já que toda a operacionalização do trâmite se dá através do sistema que é totalmente informatizado. Este se apresenta como uma possibilidade ampla e facilitada de acesso ao ensino superior permitindo com que o estudante migre de uma universidade para outra antes mesmo do seu ingresso, se esta, atender suas expectativas e demandas com mais facilidade. (pp. 52-53)

É nessa perspectiva que o MEC acredita ser o SiSU uma política de democratização do acesso ao ensino superior, uma vez que o sistema poderá favorecer estudantes com menores condições financeiras, já que não é mais necessário dispender de recursos financeiros com deslocamento e inscrições em vários processos seletivos. Com a implementação do SiSU, por meio de uma única prova o candidato consegue concorrer a qualquer instituição de ensino do país. Portanto, espera-se que com essa política, um novo perfil de estudantes esteja conseguindo adentrar no ensino superior, haja vista que esse nível de ensino, no Brasil, sempre esteve destinado a uma pequena parcela da população, mantendo-se distante das classes menos favorecidas.

Partindo desse contexto de uma necessidade de maior inclusão dos estudantes ao ensino superior, tem-se a implementação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, mais conhecida por Lei de Cotas. A intenção da criação desta lei seria garantir a democratização do acesso à educação superior através da justa distribuição das vagas em reserva.

O sistema de reserva de vagas obedece a um conjunto de critérios em que o atendimento a um está condicionado ao cumprimento de outro. A lei prevê, inicialmente, que 50% das vagas por instituição, curso e turno sejam destinadas aos alunos que fizeram todo o ensino médio em escola pública. Doravante, é estabelecida uma segunda reserva de vagas, dentro do primeiro contingente: uma proporção mínima de 50% de estudantes advindos de famílias cuja renda mensal per capita é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no mínimo igual à soma desses grupos na unidade da federação (UF) onde se encontra o referido estabelecimento de ensino. Dessa forma, a Lei de Cotas se mostra extremamente importante ao tentar reduzir a elevada desigualdade no acesso ao ensino superior enraizada na população brasileira (Medeiros, Mello Neto, & Gomes, 2016; Senkevics & Mello, 2019). A partir disso, pode-se perceber que diversas foram as mudanças pelas quais o ensino superior passou nos últimos anos. E é nesse novo cenário que aborda-se a questão da permanência ou retenção dos estudantes e não evasão até a conclusão do curso, por ser um assunto que carece de análises mais profundas, principalmente após a implementação do SiSU, objeto de estudo deste trabalho. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que a evasão já era um problema recorrente no ensino superior brasileiro desde a época do vestibular, portanto, não se pode atribuir esse fato totalmente ao SiSU. Deve-se atentar para o possível aumento do fenômeno como consequência adversa à política do sistema unificado. Para Lobo (2012) a evasão é considerada um dos maiores problemas em todos os níveis de ensino seja ele público ou privado. Silva Filho et al. (2007) classifica o fenômeno como um problema internacional.

Segundo Bardagi e Hutz (2005), a evasão ou permanência do estudante em um curso superior é uma das temáticas que mais instiga interesse quando o assunto é universidade. Tão importante é a importância desse fenômeno para a educação brasileira que, em 1995, criou-se no Brasil, a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, com o objetivo de estudar de forma profunda essa temática. Na primeira reunião da Comissão Especial,

mais de dez anos antes da implementação do SiSU, já era preocupação do MEC os altos índices de evasão que as Universidades Públicas enfrentavam (Brasil, 1996a).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), 1996, por meio da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, há três tipos de evasão: de curso, da instituição e do sistema. A evasão de curso ocorre quando o estudante se desliga do curso superior em situações como abandono (não se matricula), desistência (oficial), mudança de curso (transferência ou reescolha) e exclusão por norma da instituição. Acontece evasão da instituição quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado. Já a evasão do sistema incide quando o estudante abandona, definitiva ou temporariamente, o ensino superior.

Segundo Sampaio et al. (2011), a evasão escolar pode proceder da falta de interesse e da impossibilidade de continuar os estudos. A falta de interesse pode originar, por exemplo, da falta de conhecimento da área; da falta de perspectiva sobre os ganhos advindos com a obtenção do diploma; da falta de percepção ou orientação dos pais e de uma renda favorável que facilite o prolongamento da vida escolar e a busca de uma área de maior interesse. Já a impossibilidade de continuar os estudos pode decorrer de seguidas reprovações; da baixa renda, acelerando o ingresso no mercado de trabalho; da idade, que tanto situa o aluno fora da faixa etária normal, como reforça a atração do mercado de trabalho; do estado civil, pois se espera que os casados sejam mais tendenciosos pelo mercado de trabalho e do gênero, sendo maior, para o homem, a cobrança pela geração de renda.

Silva Filho et al. (2007) mencionaram que as instituições públicas e privadas classificam como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros do estudante para prosseguir os estudos, pois é o que a maioria dos estudantes declaram quando perguntado sobre o motivo da evasão. No entanto, o que se verifica é que as expectativas do aluno em relação à sua formação e a sua própria integração com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que desestimulam o estudante a investir tempo e dinheiro na conclusão do curso. Ou seja, ele não mais acredita na relação custo benefício em obter seu diploma.

Para Souza (2008) é com a vivência acadêmica e com o acompanhamento diário dos fatos que o ímpeto, a animação e a paixão com as quais se inicia a graduação, via de regra, diminuem ao longo dos períodos. Ou seja, o curso pode não ser tudo o que se esperava ou a profissão que tanto se sonhava começa a ser vista de outra forma, a partir do momento em que se inicia o curso. É neste momento que é preciso repensar e, muitas vezes, de desistir.

A decisão de persistir ou não no curso baseia-se, no caso da categoria econômica, na consideração dos custos e dos benefícios associados à decisão. Este tipo de análise incorpora a consideração de fatores individuais, bem como de institucionais; dessa forma, a avaliação reflete experiências e características do aluno dentro do contexto em que está inserido (Gonçalves, 1997, p. 25).

Diante a concepção de Sampaio et al. (2011) a evasão é negativamente correlacionada com a renda familiar, o que pode ser explicado pela atração do mercado de trabalho que incide mais quanto menor a renda familiar. Entretanto, caso a razão do abandono seja a desmotivação com o curso e a tentativa de ingresso em outro, a evasão, teoricamente, deveria afetar em maior magnitude os mais favorecidos financeiramente, já que podem arcar com um período de estudo preparatório para tentar outro processo seletivo. Assim, quanto menor a renda, em princípio, mais difícil se torna abandonar o curso pelo custo de ingressar em outro. Dito de outra forma, a proporção dos mais favorecidos financeiramente que se evadem para tentar um novo curso pode ser relativamente maior que a proporção dos menos favorecidos financeiramente evadidos, o que faz com que a relação renda-evasão se torne negativa.

Ao analisar o fenômeno da evasão, considera-se que há uma perda social de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo. Dessa forma, todos são prejudicados com a evasão, pois a perda de alunos ao longo do processo formativo gera uma série de consequências, tanto para a educação quanto para a economia (Gómez & Torres, 2015).

De acordo com Li (2016), o possível aumento da evasão, enquanto uma consequência da política do SiSU, pode estar fundamentada em duas questões. A primeira delas refere-se ao próprio comportamento migratório, propiciado pela facilidade de mobilidade geográfica trazida pelo sistema, já que problemas tanto de ordem financeira quanto psicológica podem atrapalhar o estudante migrante a permanecer longe de casa.

A segunda questão, refere-se à possibilidade de o SiSU induzir o estudante a um comportamento mais estratégico na escolha do curso superior (Li, 2016). O candidato ao fazer sua escolha por meio do sistema, já tem ciência da sua nota no ENEM e possui as informações da simulação das notas de corte de todos os cursos e da sua posição no ranking de classificação junto aos demais concorrentes. Desse modo, a dinâmica do sistema pode influenciar a escolha final do estudante quanto ao curso superior, pois se a nota do candidato no ENEM não for o suficiente para ingressar no curso que o candidato realmente deseja, ele é induzido a alterar as suas opções de curso, o que evidencia a forte tendência de inserção do estudante em um curso que não é sua real preferência (Brasil, 2012; Nogueira et al., 2017).

Entende-se que a escolha equivocada quanto ao curso superior pode, posteriormente, gerar aumento de estudantes evadidos, pois muitos candidatos são selecionados e se matriculam em cursos que não figuram como a sua primeira opção. Mas, ao serem convocados para a primeira preferência de curso em chamadas posteriores da Lista de Espera, solicitam a troca, prejudicando o andamento regular do semestre, gerando transtornos administrativos e pedagógicos, e comprometendo a entrada de novos alunos (Backes, 2015). Com a troca de curso, uma vaga se torna ociosa.

Entretanto, entende-se ser o fenômeno da evasão, uma questão muito mais ampla, caracterizada por um conjunto de fatores que vão definir o comportamento dos estudantes. Além disso, não se pode atribuir as mudanças que ocorreram e que vierem a ocorrer com o fenômeno do abandono do ensino, somente ao SiSU, haja vista que a implementação desse sistema se deu temporalmente muito próximas de outras políticas, como por exemplo, a expansão do REUNI e implementação das cotas. Sendo assim, não se pode desconsiderar a influência das condições pouco estáveis das fases iniciais dos novos cursos do REUNI, conjugados com a política de cotas. Tais políticas abriram o ensino superior público, principalmente para pessoas com vulnerabilidade econômica.

Ademais, conforme salienta Bueno (1993), os fatores motivadores da evasão podem atingir de forma desigual os alunos dos diferentes cursos. Em alguns deles, por exemplo, a falta de prestígio social, de casos de sucesso financeiro e de realização profissional, faz com que se reduzam as motivações para a permanência à primeira dificuldade encontrada no percurso. Por outro lado, outras profissões, como medicina, continuam a alimentar expectativas de sucesso e, por conta disso, na maioria das vezes, estão dentre os cursos mais demandados. Nessas carreiras, o esforço para se vencer a competição do ingresso pode sustentar ainda mais a relação do estudante com o curso. Somente uma insatisfação muito grande poderá ser capaz de incentivar a decisão de evadir.

Para Almeida et al. (2016) as desistências dos cursos menos concorridos podem estar relacionados à flexibilização que o SiSU traz quanto à opção de curso. Nesses casos, a desistência ocorre pelo curso em si. Já nos cursos mais concorridos, as desistências podem estar mais

associadas à mudança de Instituições. Dessa forma, a dinâmica do SiSU pode estar gerando efeitos diferentes entre as diversas formas de evasão.

Além disso, outra dimensão da evasão, relacionada aos fatores socioeconômicos dos estudantes, não deve ser negligenciada. Para os alunos com melhores condições econômicas, as dificuldades envolvendo situações financeiras, como visitas aos familiares e moradia, são superadas mais facilmente. Já os provenientes de estratos sociais economicamente desfavorecidos, ao ingressarem nas IFES, encontram barreiras tanto de ordem financeira, quanto pela condição deficiente de formação das escolas públicas, que dificultam a conclusão do curso (Bueno, 1993; Rosa, 2014). Para Assis (2013, p. 29) “[...] a situação socioeconômica familiar se apresenta inversamente relacionada à evasão: quanto melhor a situação socioeconômica familiar, menor a evasão”. A partir disso, conhecido o contexto em que se insere a política pública de acesso ao ensino superior do SiSU, tem-se a seguir, os caminhos metodológicos percorridos por esse artigo.

### Procedimentos Metodológicos

O presente artigo se baseia em analisar a produção de teses e dissertações sobre a política de acesso ao ensino superior do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A escolha da literatura a ser estudada refere-se à importância econômica, política e social do sistema como política de acesso ao ensino superior, uma vez que se acredita que, atualmente, a busca por esse nível de ensino aumentou e, conseqüentemente, elevou-se o número de candidatos que almejam ingressar no ensino superior público. Ressalta-se que, inicialmente, foi feito um levantamento geral, nos principais bancos de dados, para identificar artigos científicos que tratassem do tema de estudo. No entanto, não foram encontrados trabalhos suficientes, o que pode se dar devido à atualidade do tema, uma vez que a política do SiSU foi criada em 2009, mas implementada no ano de 2010. Foi devido a essa escassez de trabalhos que escolheu-se analisar somente teses e dissertações contidas no Catálogo de teses e dissertações da Capes.

A Capes, fundada pelo MEC, desempenha um importante papel na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros (CAPES, 2008). O Catálogo de Teses e Dissertações, antigo banco de teses e dissertações, é um sistema que reúne registros desde 1987, criado para a divulgação digital das pesquisas produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos (CAPES, 2010).

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão sistemática, a qual utiliza como fonte de dados a literatura de um determinado tema, resumindo as principais evidências relacionadas, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese das informações selecionadas previamente para análise. As revisões sistemáticas são muito úteis para estabelecer o “estado da arte” de uma determinada temática e comparar os resultados (Sampaio & Mancini, 2007).

A análise e interpretação dos resultados basearam-se na Análise de Conteúdo. Para Bardin (2004, p. 27) a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Constitui-se de uma técnica de pesquisa que através da descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação tem por desígnio a sua interpretação”.

Ainda de acordo com Bardin (2004), são três as fases da análise de conteúdo: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material/tratamento/codificação e 3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise corresponde a fase de organização propriamente dita e tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. A segunda etapa é a exploração do material, onde se faz a administração sistemática das decisões tomadas na fase de

pré-análise. Esta fase consiste na operação de codificação, segundo as regras formuladas anteriormente. Por último, é a hora do tratamento dos resultados e da interpretação.

A pré-análise deste artigo correspondeu ao levantamento bibliográfico de todo o material pesquisado. A pesquisa no Catálogo de teses e dissertações da Capes teve como estratégia de busca os termos “Sistema de Seleção Unificada” e “SiSU”. As buscas foram realizadas em meados de março de 2018, portanto, estudos publicados pela Capes no banco de teses e dissertações após esse período não foram analisados neste artigo. Nesse sentido, foram encontrados 54 trabalhos, no entanto, alguns não estavam disponíveis ou estavam repetidos, ou seja, foram encontrados através das duas estratégias de busca, resultando na eliminação de 19 pesquisas. Após a leitura cuidadosa dos resumos e da revisão de toda a estrutura dos trabalhos, foram excluídos mais 13 estudos que não tinham relevância para o objeto de estudo analisado. Sendo assim, a análise procedeu com as 22 dissertações e nenhuma tese.

Doravante, procedeu-se à exploração do material, isto é, fez-se a leitura detalhada dos 22 textos restantes para validar o ajustamento ao assunto e também como forma de subsidiar a realização das análises. Assim, as duas etapas anteriores conduziram, inicialmente, a uma análise descritiva por meio de análise de frequência, conforme as categorias norteadoras, tais como: ano e nível de graduação; áreas do conhecimento; região dos trabalhos e estratégias de coleta e análise dos dados. Além disso, visando identificar os principais assuntos relacionados à política do SiSU, foram explorados os termos mais frequentes nos títulos e palavras-chave das dissertações analisadas. Para isso, criou-se a nuvem de palavras utilizando-se do *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

Por fim, foi feita uma análise temática qualitativa dos trabalhos para saber como o objeto “SiSU” é tratado nas investigações. Com base na análise descritiva, observou-se que as grandes áreas “Ciências Humanas” e “Ciências Sociais Aplicadas” foram as que tiveram maior número de trabalhos, o que já era esperado e de interesse dos autores, haja vista a natureza do tema. Por isso, devido à escassez de pesquisas nas demais áreas, optou-se por analisar, nesta última etapa, somente os trabalhos classificados nas áreas com maior frequência de pesquisas. Ressalta-se que considerando as duas grandes áreas mencionadas, foram analisadas qualitativamente um total de 17 dissertações.

Para operacionalizar a análise, classificaram-se as dissertações em quatro grupos diferentes de acordo com o foco principal dado em cada pesquisa. Entretanto, destaca-se que as dissertações, na grande maioria dos casos, não se limitam a analisar determinada dimensão muito específica, entretanto houve um esforço para classificá-las dentro desses quatro grupos, sendo que uma mesma pesquisa não poderia ser classificada em mais de um grupo. Os trabalhos selecionados para a análise temática qualitativa foram classificados conforme a seguir: a) trabalhos que analisaram o preenchimento das vagas; b) trabalhos que analisaram o processo de decisão/escolha dos cursos; c) trabalhos que analisaram os efeitos dessa política considerando variáveis como: permanência/evasão, desempenho acadêmico e mobilidade geográfica; d) trabalhos que se dedicaram na discussão da democratização e a implementação propriamente dita da política.

Para melhor visualização dos resultados dessa revisão sistemática foram elaborados tabelas e quadros por meio do Microsoft Office Excel 2013®. A seguir, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa que emergiram a partir do cotejamento e saturação dos dados coletados nas fontes supramencionadas.

## Resultados e Discussões

Nesta seção serão apresentados os resultados e discussões das análises deste artigo subdivididos em dois tópicos: análise descritiva e análise temática qualitativa.

### Análise Descritiva

Nesta etapa foi realizada uma análise de frequência do ano e nível de graduação das dissertações; das áreas do conhecimento; da região dos trabalhos e das estratégias de coleta e análise dos dados dos vinte e dois trabalhos selecionados. Além disso, foram explorados os termos mais frequentes nos títulos e palavras-chave dos trabalhos por meio da nuvem de palavras do *software* Iramuteq.

Observa-se, conforme Tabela 1, o ano de defesa das dissertações por nível de graduação, mestrado acadêmico ou profissional. Destaca-se que o SiSU tem sido objeto de estudo das dissertações desde o ano de 2013, quando as primeiras dissertações foram defendidas. Portanto, a revisão sistemática apresentada refere-se ao período de 2013 a 2017.

Tabela 1

*Ano e nível de graduação*

Nível de graduação	2013		2014		2015		2016		2017	
	<i>N</i>	%								
Mestrado acadêmico	5	63%	2	67%	4	80%	1	20%	0	0%
Mestrado profissional	3	38%	1	33%	1	20%	4	80%	1	100%
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

Observou-se, de acordo com Tabela 1, que nos anos 2013, 2014 e 2015, os maiores números de trabalhos estavam ligados ao mestrado acadêmico, já nos anos de 2016 a situação inverteu, os trabalhos passaram a ter maior incidência no mestrado profissional. Destaca-se, que a única pesquisa realizada no ano de 2017 estava ligado ao mestrado profissional.

Analisando o número total de trabalhos, independentemente do nível de graduação, verificou-se que 2013, foi o ano com o maior número de pesquisas, um total de oito dissertações, seguido pelos anos de 2015 e 2016, com cinco pesquisas cada um. Ressalta-se que o ano 2017 foi o ano com menor número de dissertações, apenas uma, entretanto, não podemos afirmar que as discussões acerca do tema estão se esgotando, uma vez que são poucas as Instituições envolvidas até então nos trabalhos aqui apresentados. Além disso, esse resultado pode ser consequência também, da crise de financiamento pela qual os programas de pós-graduação *stricto sensu* estão passando nos últimos anos. No total, fizeram parte da análise 12 dissertações de mestrados acadêmicos e 10 dissertações de mestrados profissionais, totalizando os 22 trabalhos.

Também foram analisadas as áreas de conhecimento e avaliação dos programas nos quais estavam vinculadas as pesquisas. Essas áreas foram criadas pela própria Capes, de forma a operacionalizar e tornar mais prático o desenvolvimento das atividades de avaliação. Essa classificação é constituída por nove grandes áreas do conhecimento, aglomeradas pela afinidade de objetivos, e quarenta e oito áreas de avaliação. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades (CAPES, 2014).

Portanto, as dissertações analisadas estão distribuídas em quatro grandes áreas do conhecimento e sete áreas de avaliação, conforme Tabela 2.

Tabela 2

*Áreas de conhecimento*

<b>Grande Área</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>Área de Avaliação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Ciências Sociais Aplicadas	8	36%	Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	3	14%
			Economia	3	14%
			Serviço Social	2	9%
Ciências Humanas	9	41%	Educação	7	32%
			Ciência Política e Relações Internacionais	2	9%
Multidisciplinar	4	18%	Interdisciplinar	4	18%
Ciências Exatas e da Terra	1	5%	Matemática/probabilidade e estatística	1	5%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100%</b>

*Nota.* Fonte: elaboração própria, com base no catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Observa-se, de acordo com Tabela 2, uma predominância dos trabalhos na grande área “Ciências Humanas”, 41%, seguida pela grande área “Ciências Sociais Aplicadas” com 36%. A predominância é seguida pela grande área “Multidisciplinar”, com 18%, e, por último, “Ciências Exatas e da Terra” com 5% dos trabalhos. Nas demais grandes áreas não foram encontrados trabalhos classificados.

Analisando as áreas de avaliação, percebe-se predominância, com 32% dos trabalhos classificados, na área de avaliação “Educação”, o que comunga com a natureza do tema, por se tratar de uma política de acesso ao ensino superior. A área “Interdisciplinar” é responsável por 18% das pesquisas. As áreas “Economia” e “Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo” são responsáveis por 14% cada uma, enquanto “Serviço Social” e “Ciência Política e Relações Internacionais”, 9%. E, por último, “Matemática/probabilidade e estatística” com 5%.

Para identificar o *locus* ou território da pesquisa, foi levantada a produção por região brasileira. A seguir, tem-se a Figura 1.



Figura 1. Região dos trabalhos.

Nota. Fonte: elaboração própria.

De acordo com Figura 1, existe uma concentração maior desse tipo de trabalho nas regiões sudeste e nordeste, ambas as regiões com 32% dos estudos cada uma. A região centro-oeste foi responsável por 23% dos trabalhos, enquanto a sul, por somente 14%. Ressalta-se que na região norte não teve nenhuma dissertação a ser analisada. Infere-se que esse resultado pode ser consequência das disposições dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, já que as regiões sudeste e nordeste, respectivamente, são as duas regiões com o maior número de cursos de mestrado, acadêmico e profissional, do país. Já a região norte é a que tem o menor número de cursos (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2017).

Na região sudeste, as instituições responsáveis pela produção das dissertações foram a Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na região nordeste foram: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Já na região centro-oeste foram a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD). Por último, na região sul, tem-se a Universidade Federal de Maringá (UEM), Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e Universidade Federal de Santa Catarina Centro Tecnológico (UFSC).

Portanto, os vinte e dois trabalhos analisados, foram realizados por dezoito instituições de ensino diferentes. Ressalta-se que a UFV, UFC, UFMT e UFGD desenvolveram dois trabalhos, cada uma, abordando a política do SiSU. As demais instituições foram responsáveis por apenas um trabalho. As dissertações também foram classificadas de acordo com a abordagem metodológica das pesquisas. A seguir, tem-se a Tabela 3.

Tabela 3

*Abordagens metodológicas utilizadas e indicadas pelo autor*

<b>Abordagens</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Quantitativa	7	41%
Qualitativa e Quantitativa	7	41%
Qualitativa	3	18%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

De acordo com Tabela 3, a grande maioria dos trabalhos utilizaram da abordagem quantitativa ou mista (qualitativa e quantitativa). Sendo essas duas abordagens responsáveis, cada uma, por 41% dos estudos. A abordagem qualitativa foi responsável por apenas 18%. Destaca-se que um total de cinco dissertações não classificaram suas pesquisas quanto a abordagem metodológica.

Na Tabela 4 a seguir, são apresentadas as principais estratégias de coleta e análise dos dados. Pode-se verificar que, como estratégia de coleta, destaca-se a pesquisa documental, responsável por 55% dos estudos, a pesquisa bibliográfica, 18%, a técnica de entrevista, 15%, e, por último, questionário com 12%. Duas dissertações não especificaram suas técnicas de coleta de dados.

Como técnica de análise dos dados, destaca-se a Estatística Descritiva com um percentual de 39%, seguida pela técnica de Análise de Conteúdo com 28%. As demais técnicas de análise utilizadas nas dissertações obtiveram um percentual de 6% cada uma, são elas: Mínimos Quadrados Ordinários, Teste Qui-quadrado, Regressão Logística Multinomial, Análise de Correspondência Simples, Análise Documental e Teste de Proporção. Nessa etapa, seis trabalhos não especificaram as técnicas de análise dos dados utilizada.

Tabela 4

*Estratégias de Coleta e Análise dos dados*

<b>Estratégias de Coleta dos dados</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Pesquisa documental	18	55%
Pesquisa Bibliográfica	6	18%
Entrevista	5	15%
Questionário	4	12%
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>
<b>Estratégias de Análise dos dados</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Estatística descritiva	7	39%
Análise de Conteúdo	5	28%
Análise de Correspondência Simples	1	6%
Análise Documental	1	6%
Mínimos Quadrados Ordinários	1	6%
Regressão Logística Multinomial	1	6%
Teste de Proporção	1	6%
Teste Qui-quadrado	1	6%
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100%</b>

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

Ademais, foi identificado os principais assuntos, ou seja, os focos de análise ou subtemas trabalhados no contexto dessa política pública. Para isso, utilizou-se da representação gráfica gerada pelo *software* Iramuteq com os vinte termos mais citados nos títulos e palavras-chave das dissertações. A partir da nuvem de palavras pôde-se revelar o grau de importância de um termo, por meio da sua repetição, na base de dados. Dessa forma, quanto maior for a palavra, mais importante e frequente será. Os resultados são apresentados por meio da Figura 2.



Figura 2. Nuvem de Palavras.

Nota. Fonte: elaboração própria, com base no *software* Iramuteq.

Como o objeto de estudo dessa pesquisa refere-se ao SiSU, conseqüentemente, foi este termo que ganhou maior destaque na nuvem de palavras. Ressalta-se que o termo “Sistema de Seleção Unificada” teve menor realce, haja vista que a sigla SiSU é o termo mais conhecido e utilizado quando se refere à essa política. Por se tratar de uma política pública de acesso ao ensino superior para gerenciar as vagas das IFES, por meio das notas do ENEM, já se esperava que os termos “políticas públicas”, “acesso”, “ao”, “vaga”, “educação superior”, “ensino superior”, e “enem” também tivessem bastante frequência nos textos. Considerando que a principal promessa do Governo Federal ao implementar o SiSU foi democratizar o acesso às vagas do ensino superior, o termo “democratização” também se destaca.

As demais palavras “estudo”, “ingresso”, “curso”, “escolha”, “universidade”, “migração”, “política”, “efeito”, “permanência” e “avaliação” também se destacaram, porém com menor realce. Tais termos referem-se a subtemas que estão atrelados à política do SiSU, muitos deles estão relacionados com os seus possíveis efeitos, como se pode perceber pela repetição de palavras como “efeito”, “permanência”, “migração”, “escolha”, dentre outras. Além disso, enfatiza-se a necessidade de “avaliação” dessa política.

Após essa primeira etapa, foi feita uma segunda seleção dos trabalhos para compor a última fase da análise. Esta refere-se a análise temática qualitativa.

### **Análise Temática Qualitativa: O SiSU sob Diferentes Ângulos**

Esta seção tem por objetivo delimitar como a política do SiSU é tratada nos estudos. Para tanto, os 17 trabalhos selecionados para esta etapa, foram classificados em quatro grupos de análise. O primeiro grupo de trabalhos, apresentados na Tabela 5, visa discutir o preenchimento de vagas por meio do SiSU.

Tabela 5

*Trabalhos que analisaram o preenchimento de vagas*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais resultados</b>
Oliveira (2014)	Acesso à educação superior pelo ENEM/SISU: uma análise da implementação nas universidades sul-matogrossenses.	Analisar o processo de implementação do ENEM em conjunto com o SiSU como instrumento de acesso à educação superior pública em Mato Grosso do Sul.	Após a implementação do ENEM/SISU, foram ampliadas as possibilidades de acesso dos candidatos e o percentual de mobilidade aumentou na UEMS e na UFMS, mas não de forma significativa. Ademais, o processo de ocupação das vagas não foi melhorado, pois os percentuais de evasão anual foram ampliados.
Sousa (2015)	Os efeitos do SiSU no acesso ao ensino superior: os fatores condicionantes da não ocupação das vagas pelos convocados na Universidade Federal do Piauí.	Analisar os fatores condicionantes da não efetivação da matrícula dos selecionados pelo SiSU, convocados pela UFPI.	Verificou-se que mais de 70% dos convocados, nas chamadas pelo SiSU não realizaram as suas matrículas. Além disso, os maiores percentuais de não ocupação foram registrados nos campi do interior do Estado do Piauí, onde há menor oferta de vagas e maior concorrência.
Sousa (2016)	O Sistema de Seleção Unificada e o preenchimento de vagas na Universidade Federal da Grande Dourados.	Analisar o preenchimento de vagas pelo Vestibular e pelo SiSU, no período de 2012 a 2015, na UFGD.	Ao comparar o preenchimento de vagas pelo SiSU e pelo vestibular, observou-se que os dados de preenchimento do vestibular, foram maiores se comparados após a adesão ao SiSU.
Czerniaski (2014)	Políticas públicas de democratização do ensino superior: um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de Graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná—Câmpus Francisco Beltrão	Analisar a ociosidade das vagas nos cursos de graduação da UTFPR - Câmpus Francisco Beltrão, após adesão desta universidade ao SiSU com o propósito de buscar soluções através deste estudo para a problemática tão fortemente configurada neste câmpus da UTFPR.	A expansão e a democratização propostas não atingiram suas metas, pois há vagas ociosas em cursos de graduação ainda no ingresso do primeiro período, além do alto índice de evasão que esta Instituição enfrenta.

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

A pesquisa de Oliveira (2014) verifica se a adoção do ENEM/SiSU está proporcionando o aperfeiçoamento do processo de ocupação das vagas por curso e a democratização do acesso nas universidades federais e estaduais de Mato Grosso do Sul (UFMS e UEMS, respectivamente). O autor faz discussões a partir da teoria do Ciclo de Política de Draibe (2001), Figueiredo e Figueiredo (1986), Frey (2000) e Palumbo (1998). O estudo de Sousa (2015) faz uma investigação semelhante ao abordar o preenchimento de vagas na UFPI. E vai além, ao caracterizar os selecionados que não efetivaram a matrícula institucional a fim de identificar os fatores que levaram a não efetivação das matrículas pelos convocados.

O trabalho de Czerniaski (2014) é uma mescla dos trabalhos de Oliveira (2014) e Sousa (2015), pois refere-se à ociosidade das vagas nos cursos de graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Câmpus Francisco Beltrão. Czerniaski (2014) parte das contribuições teóricas para a educação do sociólogo francês Pierre Bourdieu e traz um apanhado

acerca das políticas públicas de educação superior no Brasil. Sousa (2016) já faz um comparativo do preenchimento de vagas pelo vestibular e pelo SiSU na UFGD.

As discussões desse grupo de trabalhos se justificam pela promessa de o SiSU tornar mais eficiente o processo de ocupação das vagas em todo o território nacional, já que o candidato teria acesso às vagas disponibilizadas por qualquer instituição do país que aderisse ao sistema. Por isso, tem-se como expectativa a queda das vagas ociosas.

Analisando os principais resultados das pesquisas desse grupo de trabalhos, pode-se verificar que a expectativa de o SiSU tornar mais eficiente o preenchimento das vagas não foi positivo em diferentes realidades institucionais (UFMS, UEMS, UFPI, UFGD e UTFPR), ou seja a ocupação das vagas não melhorou e em alguns trabalhos verificou-se alta taxa de evasão. Por tanto, considerando essa variável, a sonhada democratização não atingiu suas metas.

O segundo grupo de trabalhos preocupa-se com as mudanças no processo de tomada de decisão e escolha dos cursos superiores por parte dos candidatos durante o processo de seleção do SiSU. O segundo grupo está apresentado na Tabela 6.

Tabela 6

*Trabalhos que analisaram o processo de escolha dos cursos*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Abreu (2013)	Mecanismos de seleção de Gale-Shapley dinâmicos em universidades brasileiras: SiSU, SiSU $\alpha$ e SiSU $\beta$ .	Entender e caracterizar, à luz da teoria dos jogos, os incentivos propiciados pelo SiSU através de dois mecanismos teóricos desenvolvidos, o SiSU $\alpha$ e o SiSU $\beta$ . Ambos são modelados como mecanismos de <i>matching</i> dinâmicos.	O trabalho de Abreu (2013) conclui que a introdução do SiSU apresentou um importante avanço em relação ao vestibular em termos de ganhos de eficiência do <i>matching</i> entre alunos e cursos.
Flores (2013)	A escolha do curso superior no Sistema de Seleção Unificada – SISU: o caso do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de SINOP.	Analisar o processo de ingresso acadêmico no curso de enfermagem na UFMT - Campus Universitário de Sinop, tomando como base o período acadêmico de 2012/1, ressaltando o processo de decisão dos estudantes pelo curso, em face da nova forma de seleção proposto pelo MEC constituído do ENEM/SiSU.	Flores (2013) evidencia que há indícios de que o novo mecanismo de seleção tem influenciado na escolha para o ingresso no curso de enfermagem por estudantes que não tinham o desejo inicial de ingressar em tal curso, realizando essa escolha como estratégia para o simples ingresso no sistema superior de ensino.

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

Abreu (2013) analisou o mecanismo do SiSU no âmbito da teoria dos jogos, buscando entender e caracterizar os incentivos propiciados pelo SiSU na oferta de cursos e na relação com os candidatos através de dois mecanismos de *matching* dinâmicos. O autor acredita na importância dessa política de acesso, mas ressalta que a literatura econômica sobre o tema é basicamente inexistente. Já Flores (2013) analisa especificamente o processo de decisão dos estudantes pelo curso de enfermagem na UFMT, Campus de Sinop, no âmbito do ENEM/SiSU. O objetivo é identificar os fatores que levaram os estudantes a escolher tal curso, considerando, nesse processo decisório, a possível influência do sistema.

Os trabalhos deste grupo se justificam pelo cenário de incertezas que compreende o SiSU e, também, pela sua dinâmica inovadora de funcionamento, uma vez que o estudante, ao fazer sua escolha, já tem ciência da sua nota no ENEM e possui as informações da simulação das notas de corte de todos os cursos e da sua posição no *ranking* de classificação junto aos demais concorrentes. Desse modo, o sistema pode induzir o candidato a um comportamento mais estratégico na escolha final do curso superior, haja vista que, se por meio das simulações, o estudante achar que não

conseguirá ingressar no curso que deseja, pode ser influenciado a mudar sua escolha, com o objetivo que conseguir adentrar no ensino superior.

Abreu (2013), ao analisar a oferta de cursos no SiSU por meio da teoria dos jogos, verificou que a implementação do sistema representou um grande avanço na relação candidatos e oferta de cursos se comparado ao vestibular. Os resultados de Flores (2013) confirmaram o pressuposto estabelecido quanto à influência do SiSU na escolha dos cursos. O autor constatou que os estudantes de enfermagem escolheram tal curso como estratégia para o simples ingresso ao ensino superior, e não como real desejo. Infere-se que essa escolha estratégica pode estar relacionada com os altos índices de evasão. De acordo com Nogueira *et al.* (2017), uma escolha equivocada quanto ao curso desejado pode ocasionar a não matrícula após a aprovação, ou até mesmo na evasão após o ingresso na Instituição de Ensino Superior (IES).

No Tabela 7 estão relacionados os trabalhos que dão ênfase em verificar os diversos efeitos do SiSU após o ingresso do estudante na instituição, tais como: permanência/evasão, mobilidade geográfica, desempenho acadêmico.

Tabela 7  
*Trabalhos que analisaram os efeitos do SiSU*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Rigo (2016)	Percurso de Formação de Estudantes de licenciatura noturna na UFV: ENEM, SiSU e evasão.	Compreender e Problematizar as trajetórias acadêmicas dos estudantes que ingressaram nas licenciaturas noturnas de ciências biológicas, física, matemática e química, criadas a partir do REUNI, por meio SiSU em 2012 na UFV.	Os resultados mostraram que os sujeitos dos quatro cursos noturnos apresentaram um perfil composto por uma maioria do sexo masculino, que se autodeclarou branca, com renda familiar mensal entre um a cinco salários mínimos, que frequentaram, durante o ensino médio, a escola pública e com o nível de escolarização dos pais concentrado em até ensino médio completo. Constatou-se também, que a evasão nos cursos chegava aos 80%. Depois de uma análise geral, o foco da pesquisa foi direcionado para o curso com maior índice de evasão, caso da química, entretanto, o perfil destes não foi muito diferente dos demais.
Rodrigues (2016)	Políticas públicas de acesso ao ensino superior: os resultados do SiSU na Universidade Federal de Viçosa.	Avaliar como o processo de ingresso tem impactado na UFV- Campus Sede, no que tange ao acesso, permanência e desempenho dos estudantes, no período entre 2006 e 2015.	Rodrigues (2016) constatou, nos últimos anos, uma maior diversificação dos estudantes quanto ao gênero e faixa etária e um aumento do percentual de estudantes vindos do ensino público. Entretanto, observou-se que o aumento da presença feminina esteve atrelado a cursos de áreas bem específicas e o aumento no percentual de estudantes vindos da rede pública esteve associado a cursos de menor demanda. Com relação à mobilidade, permanência e rendimento dos estudantes, os resultados demonstraram queda.
Szerman (2015)	The Effects of a Centralized College Admission Mechanism On Migration and College Enrollment: Evidence from Brazil.	Investigar os efeitos da introdução do SiSU na migração e evasão dos alunos ingressantes a partir dos dados do Censo de Educação Superior.	Szerman (2015) encontrou aumento da mobilidade interestadual e intraestadual. Verificou-se também, aumento da evasão, indicando que os custos associados à migração e comportamento estratégico são importantes determinantes da evasão dos alunos.

Tabela 7 cont.

*Trabalhos que analisaram os efeitos do SiSU*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Gómez (2015)	Acesso e permanência de alunos de engenharia da UTFPR - campus medianeira.	Avaliar o ingresso, a permanência e a decorrente evasão, com enfoque específico sobre os cursos superiores de Engenharia na UTFPR – Campus Medianeira.	Gómez (2015) encontrou que as taxas de evasão caíram a partir das políticas públicas educacionais implementadas.
Li (2016)	O novo ENEM e a plataforma SiSU: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil.	Compreender os determinantes da migração interna, entre estados ou entre municípios do mesmo estado, dos estudantes brasileiros em busca de ensino superior e avaliar como esse comportamento foi impactado pelas políticas de centralização do sistema de seleção.	A Pesquisa de Li (2016) encontrou que o SiSU eleva a probabilidade de o estudante ser um migrante interestadual, mas reduz a probabilidade de ele ser um migrante intraestadual. Ademais, verificou-se que a adesão ao SiSU eleva a probabilidade de evasão no primeiro ano e tem uma probabilidade maior de mudar de instituição antes de completar o curso. Por fim, verificou-se que mulheres são mais estáveis no sentido de serem menos propensas a migrar, a evadir e a mudarem de instituições depois do ingresso.

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

Rigo (2016) e Rodrigues (2016) desenvolveram suas pesquisas na UFV. A primeira visava estudar as trajetórias acadêmicas dos estudantes que ingressaram nas licenciaturas noturnas criadas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do SiSU. Contudo, ao ir a campo, descobriu-se que a evasão no ensino superior era um tema que merecia destaque. A investigação fez uso de conceitos como: *habitus*, ofício de estudante e trajetórias. As questões e os problemas de pesquisa foram analisados a partir das contribuições, de autores da sociologia da educação: Bourdieu (1999, 2004, 2013) e Coulon (2008). Entre os anos de 2014 e de 2015, foram localizados e entrevistados cinco estudantes da licenciatura noturna em Química da UFV, que foi o curso com as maiores taxas de evasão.

Rodrigues (2016) abordou os resultados do SiSU no que tange ao acesso, permanência e desempenho de todos os estudantes matriculados no Campus Viçosa. Posteriormente foi realizada semelhante análise em relação aos estudantes matriculados de acordo com as modalidades de acesso definidas pela lei de cotas (lei 12.711/2012). A análise do acesso foi realizada com base na evolução anual do perfil dos estudantes regularmente matriculados, a permanência baseou-se nos índices de evasão do período estudado e o desempenho foi analisado a partir do coeficiente de rendimento acumulado (CRA) médio dos mesmos.

A inquirição de Rodrigues (2016) se assemelha a de Gómez (2015), este último também avaliou o ingresso, a permanência e a decorrente evasão dos cursos superiores de Engenharia na UTFPR – Câmpus Medianeira. O autor fez um resgate da história da universidade, dos cursos envolvidos e discutiu a realidade brasileira. Coletaram-se dados estatísticos sobre a evasão, buscando relacioná-los com os indicadores da universidade e do Câmpus Medianeira. Outro fator muito expressivo foi constatar como acontece a mobilidade geográfica desses estudantes pelo país e pela região onde se encontra localizada a UTFPR. A análise dos dados também evidenciou os motivos da evasão.

A dissertação de Li (2016) já buscou investigar os impactos dessa política na migração inter<sup>1</sup> e intraestadual<sup>2</sup> e também analisou a evasão. Utilizou-se, de forma inédita, bases derivadas do cruzamento entre microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que possibilitaram uma medida mais precisa da migração estudantil. Além disso, investigou amostras agregadas por instituições e por estados para a inclusão de controles tradicionais de atração e repulsão na literatura de migração. Szerman (2015) teve um trabalho semelhante ao investigar os efeitos da introdução do SiSU na migração e evasão dos alunos ingressantes a partir dos dados do Censo de Educação Superior.

A justificativa para esse grupo de trabalhos refere-se à necessidade de acompanhar as consequências dessa política pública após o ingresso “facilitado” dos estudantes por meio do SiSU nas IES, uma vez que, considerando as mudanças ocorridas na lógica do acesso ao sistema superior de ensino, impactos são esperados.

Quanto aos resultados sobre a permanência dos estudantes, Rigo (2016) encontrou alta taxa de evasão nos cursos noturnos da UFV, cerca de 80%. Rodrigues (2016) também verificou aumento na evasão na UFV. Para Li (2016), de acordo com os resultados da sua dissertação, o SiSU eleva a probabilidade de evasão no primeiro ano dos cursos, isso pode se dar pelo fato de que muitos estudantes ingressam em cursos que não configuram sua primeira opção, mas continuam concorrendo por meio da lista de espera. Ao serem chamados, trocam de curso, deixando uma vaga ociosa. Por meio da análise dos dados do Censo da Educação Superior, Szerman (2015) também encontrou aumento das taxas de evasão. Já os resultados de Gómez (2015) são divergentes, uma vez que as taxas de evasão demonstraram queda.

Ao analisar os resultados de Li (2016) e Szerman (2015) referentes à mobilidade, verifica-se que eles foram convergentes quanto ao aumento da migração entre Estados, mas divergentes quanto à mobilidade intraestadual, uma vez que, no trabalho de Szerman (2015), a migração entre municípios aumentou e no de Li (2016) houve queda. Ademais, Rodrigues (2016) argumenta que, na UFV, todas as variáveis, mobilidade, permanência e rendimento acadêmico, apresentaram queda.

Portanto, os resultados a respeito dos efeitos do SiSU, em sua maioria, apontam que o sistema pode estar trazendo consequências negativas para o ensino superior, haja vista que as taxas de evasão têm aumentado com a implementação da nova forma de ingresso. Entretanto, ainda não se pode tirar conclusões muito assertivas quanto a esses efeitos, pois ainda são poucas as pesquisas na área e alguns resultados são divergentes entre os estudos, principalmente no que tange à mobilidade dos estudantes e ao desempenho acadêmico.

O quarto e último grupo de trabalhos refere-se àqueles que investem na discussão da democratização e implementação do SiSU. Ressalta-se que foram englobados neste grupo também, aqueles trabalhos que trouxeram novas perspectivas e dimensões de análises para se estudar o SiSU, como por exemplo, o desenvolvimento local. A seguir, tem-se a Tabela 8.

---

<sup>1</sup> Entre Estados.

<sup>2</sup> Dentro de um mesmo Estado.

Tabela 8

*Trabalhos que se dedicaram a discutir a democratização e a implementação do SiSU*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Luz (2013)	O Sistema de Seleção Unificada (SISU) na Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso.	Analisar o processo de implantação e desenvolvimento do SiSU na UFMT relacionando à democratização do acesso.	Luz (2013) evidenciou que a implementação do SiSU não foi discutida na academia, acarretando em pouca aceitação do formato, no primeiro ano de sua utilização. Já em anos posteriores, ocorre uma acomodação e aceitação natural ao modelo. Conclusivamente, a análise do SiSU na UFMT evidencia que o novo sistema não apresenta mudança com a lógica de seletividade social, bem como sua característica meritocrática de seleção.
Santos (2013)	Acesso à educação superior: a utilização do ENEM/SiSU na Universidade Federal do recôncavo da Bahia.	Analisar como o modelo de seleção utilizado pela UFRB através do ENEM/SiSU pode se caracterizar como uma política de democratização do acesso à educação superior.	Santos (2013) revelou que o estudante da UFRB tem origem geográfica do próprio Estado da Bahia, pertencem a camadas sociais mais baixas e são etnicamente pretos e pardos. Portanto, os resultados apontaram a tendência para uma maior democratização de oportunidades de acesso, porém, o perfil dos estudantes não foi alterado pela adoção do ENEM/SiSU.
Fernandes (2013)	Avaliação de programa social de Acesso à educação superior: o novo ENEM na Universidade Federal de Lavras.	O objetivo do presente trabalho consiste em analisar, sob a ótica dos atores internos, as repercussões da política de democratização do acesso ao Ensino Superior “novo ENEM” e sua associação com o SiSU em uma organização universitária federal.	Apesar da proposta do SiSU possibilitar maior diversificação da origem dos estudantes, inclusive de outros Estados, essa diversificação pretendida ainda não foi totalmente alcançada na UFPA, pois os estados de São Paulo e Minas Gerais continuam sendo a origem da maior parcela desses estudantes, assim como ocorria antes do ENEM/SiSU. Não obstante, os resultados demonstram que, após a adoção da política, houve uma maior inserção de alunos oriundos de instituições públicas de ensino.
Lourenço (2016)	Limites e possibilidades do ENEM no processo de democratização do acesso à educação superior brasileira.	Verificar se o ENEM, a partir de sua reformulação ocorrida em 2009, tem contribuído para a democratização do acesso à educação superior, e ainda, de que forma as políticas implementadas pela UnB têm favorecido a permanência dos alunos atendidos pela instituição.	Os resultados apontaram que a adoção do ENEM tem favorecido a migração de alunos de outros Estados, de forma mais expressiva, para os cursos de alto prestígio social, oriundos de escolas privadas e em sua maioria com renda familiar entre três e dez salários mínimos. Observou-se discreta evolução no quantitativo de ingressantes oriundos de escolas públicas, sobretudo em cursos de baixo prestígio social.

Tabela 8 cont.

*Trabalhos que se dedicaram a discutir a democratização e a implementação do SiSU*

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Principais Resultados</b>
Nascimento (2013)	Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000.	Apreender as principais determinações que conformam a expansão universitária no âmbito da nova fase da contrarreforma.	Nascimento (2013) encontrou como resultado os nexos existentes entre a expansão da assistência estudantil e o controle das taxas de evasão e retenção nas IFES, a produtividade das vagas, a rotatividade dos estudantes, o discurso da democratização, confirmando a conexão existente entre a assistência estudantil e as propostas produtivistas da contrarreforma universitária dos anos 2000, REUNI e SiSU.
Santin (2014)	O desenvolvimento local e a relação com as políticas públicas Reuni e SiSU: o estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas.	Avaliar a implantação das políticas públicas REUNI E SiSU na Universidade Federal de Pelotas e sua relação com o desenvolvimento local do município.	A implementação do SiSU e do REUNI relacionam-se diretamente com o desenvolvimento da cidade, uma vez que Pelotas sofreu um impacto positivo em seu desenvolvimento através dos cursos de ação adotados pela UFPel.

*Nota.* Fonte: elaboração própria.

Lourenço (2016) preocupou-se em verificar se o novo ENEM tem contribuído para a democratização do acesso à educação superior, e ainda, de que forma as políticas implementadas pela UnB têm favorecido a permanência dos alunos matriculados na instituição. Foram considerados os alunos ingressantes por meio do vestibular, e por meio do ENEM. As variáveis analisadas foram origem regional, tipo de escola cursada no ensino médio (pública ou privada) e renda familiar, relacionando-as com a forma de ingresso e o prestígio social dos cursos.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Lourenço (2016), Santos (2013) faz uma pesquisa semelhante na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), fundamentando-se nos conceitos de democracia, igualdade, equidade e desigualdade social presentes nos pensamentos de Noberto Bobbio, John Rawls, Pierre Bourdieu e outros.

Luz (2013) discute o processo de seleção para ingresso na UFMT, Campus Cuiabá. Inicialmente, buscou compreender a democratização, a partir de referenciais teóricos e documentos específicos de políticas da educação superior; na sequência, trata de aspectos históricos relacionados aos modelos de seleção para ingresso na educação superior brasileira; destaca também os principais dispositivos legais, considerando as formas de seleção; expõe a dinâmica do SiSU, sua implantação e operacionalização, em âmbito nacional.

Fernandez (2013) analisou, sob a ótica dos atores internos, as repercussões do ENEM/SiSU na UFLA. Para tanto, foi apresentada as definições sobre políticas públicas, as divergentes visões sobre avaliação dos programas e as recentes políticas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro. Os dados coletados permitiram apresentar, inicialmente, um resgate da implantação do novo ENEM na universidade.

Nascimento (2013) buscou verificar quais as principais determinações que conformam a expansão da assistência estudantil nos anos 2000. A ênfase no discurso da democratização demarca uma nova fase de contrarreformas implementadas nas IFES no período de governo entre o ano de 2003 e 2010. No trajeto de pesquisa, buscou-se identificar as particularidades da contrarreforma universitária dos anos 2000 e analisar os nexos existentes entre a expansão da

assistência estudantil e as propostas do REUNI e o do novo ENEM/SISU. A pesquisa realiza a análise crítica de dados secundários, referentes aos anos 2000, dispostos nos relatórios do MEC, nas legislações do REUNI e do Novo ENEM/SISU, na regulamentação da assistência estudantil, nos discursos veiculados pelo MEC e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (Fonaprace).

Por último, Santin (2014) fez uma análise sobre a relação entre a implementação dos programas de políticas públicas REUNI e SiSU, pela UFPE, e o desenvolvimento local (a partir das dimensões socioeconômica, demográfica, político-institucional e cultural) da cidade de Pelotas.

A inquietação desse quarto e último grupo de trabalhos, refere-se à promessa do MEC quanto à democratização do acesso ao ensino superior e a implementação da nova forma de ingresso ao ensino superior. Segundo o MEC, tem-se a democratização do acesso quando o estudante não tem mais necessidade de se deslocar para participar do processo de seleção. No vestibular, o estudante tinha de realizar as provas no âmbito de cada instituição que desejasse concorrer.

Com o SiSU, acredita-se que as barreiras financeiras que impediam a ampliação das oportunidades de acesso dos candidatos foram rompidas, uma vez que a prova do ENEM pode ser realizada em diversas cidades de todo o território nacional e o SiSU corresponde a um sistema totalmente *online*. Assim, o estudante só precisará se dirigir até a instituição de ensino, quando for se matricular. A partir disso, acredita-se que um novo perfil de estudantes, historicamente excluídos, conseguirá adentrar na universidade. Ademais, esse grupo de trabalhos abrange também, aqueles estudos que se esforçaram para verificar como se deu a implementação do novo mecanismo de acesso ao ensino superior.

Analisando os resultados da UFTM trazidos por Luz (2013), verifica-se que os resultados não foram favoráveis ao processo de democratização, uma vez que o próprio autor menciona que o sistema não trouxe mudanças quanto a seletividade social, assim como o valor meritocrático presente na seleção. Dentro dessa perspectiva, Fernandes (2013) constatou na UFLA um certo descontentamento com os resultados da implantação do novo Enem atrelado ao SiSU, uma vez que as repercussões institucionais descritas nos resultados são negativas, em sua maioria. Já o trabalho de Santos (2013) enfatiza que a implantação do SiSU na UFRB favoreceu o processo de democratização, apesar de a alteração do perfil dos estudantes não ter sido creditada à adoção do ENEM/SiSU. Infere-se que a mudança de perfil pode ter sido consequência da política de reversa de vagas, ou mais conhecida por Lei de Cotas.

Na UnB, Lourenço (2016) evidenciou que a condição socioeconômica do indivíduo continua exercendo influência direta quanto ao lugar a ser ocupado pelo aluno dentro da universidade, portanto, a ideia de democratização do acesso é desconstruída. Os resultados apontaram que a migração aumentou somente nos cursos de maior prestígio social, ocupado por aqueles com melhores condições socioeconômicas. Somente nos cursos menos valorizados, há aumento, em menor escala, de estudantes provenientes de escolas públicas. Portanto, enquanto o acesso dos cursos mais prestigiados continuar sendo dos candidatos com melhor capital econômico e cultural, os demais, só terão oportunidade de ingressar nos cursos menos demandados e próximos do seu local de origem. Dessa forma, não haverá democratização.

Nascimento (2013) conclui que a assistência estudantil passou a servir como motor para impulsionar a concretização das metas dos programas educacionais da contrarreforma universitária, SiSU e REUNI, assim como legitimar o discurso democratizador. No âmbito do REUNI, a política de assistência estudantil é vista como uma forma de subsidiar o controle da evasão e retenção dos estudantes, contribuindo para que as metas do programa, elevar a taxa de conclusão média de graduandos e aumento da relação professor-aluno, seja alcançada. Quanto ao

ENEM/SiSU, a política assistencialista é vista como alternativa para subsidiar a mobilidade acadêmica proposta.

Os resultados de Santin (204) revelaram que as políticas de expansão do ensino superior, REUNI e SiSU, fomentaram um maior impacto da UFPe no desenvolvimento regional. Tal impacto foi verificado em todos os segmentos: na formação cidadã, na criação de empregos e na geração de fonte cultura, potencializando os recursos locais. Tudo isso foi possível, a partir da criação de novos cursos e no aumento de estudantes com acesso ao ensino superior, tendo a universidade como um atrativo da cidade.

Analisando os resultados das pesquisas deste último grupo, pode-se observar, principalmente no que se refere às indagações quanto a democratização do acesso, que a maioria dos trabalhos evidenciam que o SiSU não favorece tanto o processo de democratização, conforme os trabalhos de Luz (2013), Fernandes (2013) e Lourenço (2016). Já Santos (2013) conclui que, na UFRB, o SiSU teve impactos positivos na democratização do acesso ao ensino superior público.

### Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar a política de acesso ao ensino superior: Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Para tanto, foram levantadas todas as teses e dissertações, publicadas no banco de dados de domínio público da Capes. Assim, nos resultados apresentados, foi gerado um panorama dessas produções que permitiu verificar como a política do SiSU tem sido tratada nos diversos estudos acadêmicos publicados.

Observou-se, por meio da análise descritiva, que as dissertações foram defendidas, predominantemente, no ano de 2013 e, quanto ao nível de graduação, predominou as dissertações do mestrado acadêmico. Ressalta-se que o ano 2017 foi o ano com menor número de trabalhos. Entretanto, não se pode dizer, que os debates acerca do SiSU estão se esgotando, pois ainda são poucas as instituições envolvidas, o que se entende é que ainda são necessárias mais pesquisas na área para poder avaliar com mais concisão os rumos dessa política. Outro aspecto observado foi uma predominância dos trabalhos na grande área “Ciências Humanas” e da área de avaliação “Educação”, o que já se esperava devido à natureza do tema.

Além disso, analisando a região em que os trabalhos foram elaborados, verificou-se que as regiões sudeste e nordeste são as que mais estudaram o tema. Quanto às opções metodológicas das dissertações, a maioria delas foram classificadas, quanto a abordagem, como quantitativa ou mista (qualitativa e quantitativa). Sobre as estratégias de coleta dos dados, destaca-se a pesquisa documental e como estratégia de análise, a estatística descritiva.

Por meio da análise temática qualitativa, verificou-se, quanto ao preenchimento de vagas, que o SiSU não trouxe consequências positivas para as IES. Nas demais análises acredita-se que ainda serão necessárias mais pesquisas na área para se poder fazer inferências com mais precisão, principalmente trabalhos que enfatizem a questão da escolha do curso por meio do SiSU, pois conforme a busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, esse subtema ainda é pouco estudado.

Quanto aos resultados das análises dos efeitos do SiSU sobre a permanência e a mobilidade não se pôde extrair conclusões substantivas e congruentes, pois os trabalhos apresentaram divergências entre si. Os resultados de Rigo (2016), Rodrigues (2016) e Li (2016) apontaram elevadas taxas de evasão, enquanto o de Gómez (2015) verificou queda. Ao analisar os resultados de Li (2016) e Szerman (2015) referentes à mobilidade, verifica-se que eles foram convergentes quanto ao aumento da migração entre Estados, mas divergentes quanto à mobilidade intraestadual, uma vez que, no trabalho de Szerman (2015), a migração entre municípios aumentou. Quanto a variável rendimento acadêmico, Rodrigues (2016) constatou queda.

Analisando as questões referentes à democratização do acesso ao ensino superior, os resultados apontaram, em sua maioria, para uma aparente democratização que não se efetiva na prática, somente o trabalho Santos (2013) evidenciou que o SiSU propiciou prometida democratização da educação superior no Brasil.

Acredita-se que, atualmente, a busca pelo ensino superior tornou-se cada vez maior e, conseqüentemente, elevou-se o número de candidatos que almejam ingressar em uma instituição pública. Por isso, a escolha da literatura a ser estudada refere-se a importância dessa política pública para o cenário nacional. Portanto, este trabalho contribui para o debate da administração pública no sentido de avaliar como essa política vem sendo tratada, visto que é um tema recente e de relevância para a possível redução de desigualdades e da pobreza por meio da educação pública brasileira.

Devido a atualidade do tema, observou-se apenas um estudo de revisão sistemática tendo como objeto de pesquisa o SiSU, o que justifica a importância do presente artigo. Nesse sentido, este trabalho avança em relação ao trabalho de revisão realizado por Ariovaldo e Nogueira (2018), haja vista que os autores analisaram apenas dezesseis dissertações publicadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Como limitação, tem-se a escassez de trabalhos na área, uma vez que não propicia inferências com mais qualidade.

Quanto à evolução do número de pesquisas tendo o SiSU como objeto de estudo, a despeito de indicarem uma diminuição das discussões nos últimos anos aqui analisados, acredita-se que demais estudos sobre essa temática devem ser realizados para que se possa fazer inferências com mais propriedade, uma vez que os resultados ainda são divergentes entre os trabalhos.

Ademais, sugere-se que outros estudos sejam produzidos abrangendo as políticas de acesso ao ensino superior privado ou em perspectiva comparada com o as organizações públicas, como forma de avançar o conhecimento sobre o tema e produzir subsídios para políticas educativas nacionais e subnacionais, especialmente, em países emergentes ou em desenvolvimento.

## Agradecimentos

A bolsa de mestrado concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) à primeira autora.

## Referências

- Abreu, L. (2013). *Mecanismos de Seleção de Gale-Shapley Dinâmicos em Universidades Brasileiras: SISU, SISUa, SISUβ*. Faculdade de Economia Administração Atuárias e Contabilidade. Universidade Federal do Ceará.
- Aguar, V. (2016). Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: Continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, 24(57), 113-126.
- Ariovaldo, T. C., & Nogueira, C. M. (2018). Nova forma de acesso ao ensino superior público: Um estado do conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada-SiSU. *Revista Internacional de Educação Superior*, 4(1), 152-174.
- Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2005). Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: Uma breve revisão da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, 14(2), 279-301.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil. (1996a). *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.
- Brasil. (20 de Dezembro de 1996b). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília.

- Brasil. (9 de Janeiro de 2001). Lei no 10.172, de 9 de jan. 2001. . *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília.
- Brasil. (14 de Janeiro de 2005). Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. *Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI)*. (D. O. União, Compilador)
- Brasil. (24 de Abril de 2007). Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI*. . Brasília.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. *Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)*. .
- Brasil. (5 de Novembro de 2012). Ministério da Educação. *Portaria Normativa N° 21*.
- Capes. (2008). *História e missão*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>
- Capes. (2010). *Como funciona o catálogo de teses e dissertações da Capes?* Disponível em <http://www.capes.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>
- Capes. (2014). *Tabela de Áreas do Conhecimento / Avaliação*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>
- Czerniaski, L. F. (2014). *Políticas públicas de democratização do ensino superior: Um estudo sobre a ocupação das vagas nos cursos de graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Francisco Beltrão*. Universidade Estadual de Maringá.
- Fernandes, A. M. (2013). *Avaliação de Programa Social de Acesso à Educação Superior: O novo ENEM na Universidade Federal de Lavras*. Universidade Federal de Lavras.
- Flores, C. A. (2013). *A escolha do curso superior no sistema de seleção unificada – SiSU: O caso do curso de enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop*. Universidade Federal de Mato Grosso.
- Gómez, M. R. (2015). *Acesso e permanência de alunos de engenharia da UTFPR - Câmpus Medianeira*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Gómez, M. R., & Torres, J. C. (2015). Discutindo o acesso e a permanência no Ensino Superior no contexto do SISU (Sistema de Seleção Unificada). *ORG & DEMO*, 16(1), 69-88.
- Gonçalves, E. L. (1997). *Evasão no ensino universitário: A escola médica em questão*. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. Universidade de São Paulo.
- Li, D. L. (2016). *O Novo ENEM e a plataforma SiSU: Efeitos sobre a migração e a evasão estudantil* .: Universidade de São Paulo.
- Lobo, M. B. (2012). Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: Aspectos gerais das causas e soluções. *Cadernos ABMES*(25), 1-84.
- Lourenço, V. M. (2016). *Limites e possibilidades do ENEM no processo de democratização do acesso à Educação Superior Brasileira*. Universidade de Brasília.
- Luz, J. L. (2013). *O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso*. Universidade Federal de Mato Grosso.
- Medeiros, H. A., Mello Neto, R. D., & Gomes, A. M. (2016). Limites da lei de cotas nas universidades públicas federais. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(6), 1-20. <https://doi.org/10.14507/epaa.24.2200>
- Melo, K. C. (2017). *Escolha de curso e evasão universitária: Análises a partir do Sistema de Seleção Unificada*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Nascimento, C. M. (2013). *Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Nogueira, C. M. (2017). Promessas e limites: O SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. *Educação em Revista*, 33, 61-91.

- Oliveira, J. P. (2014). *Acesso a Educação Superior pelo ENEM/SiSU: Uma análise da implementação nas universidades sul-mato-grossenses*. Universidade Federal da Grande Dourados.
- Pizzio, A. (2015). Políticas de expansão do ensino superior no Brasil: A inclusão cidadã e os obstáculos ao estabelecimento da igualdade de oportunidades. *Universidades*, 66(64), 75-87.
- Plataforma Sucupira. (2017). *Cursos avaliados e reconhecidos*. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>
- Rigo, J. S. (2016). *Percursos de formação de estudantes de licenciatura noturna na UFV: ENEM, SiSU e Evasão*. Universidade Federal de Viçosa.
- Rodrigues, A. X. (2016). *Políticas públicas de acesso ao Ensino Superior: Os resultados do SiSU na Universidade Federal De Viçosa*. Universidade Federal de Viçosa.
- Rosa, C. M. (2013). Políticas públicas para a Educação Superior no Governo Lula. *Póiesis Pedagógica*, 11(1), 168-188.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89.
- Sampaio, B., Sampaio, Y., Mello, E. P., & Melo, A. S. (2011). Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: Evidências da UFPE. *Economia Aplicada*, 15(2), 287-309.
- Santin, A. C. (2014). *O desenvolvimento local e a relação com as políticas públicas REUNI e SISU: O estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas*. Universidade Federal de Pelotas.
- Santos, J. (2011). Política pública de acesso ao Ensino Superior: Um olhar sobre a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade Federal da Bahia.
- Santos, J. (2013). *Acesso à educação superior: A utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. Universidade Federal da Bahia.
- Senkevics, A. S., & Mello, U. M. (2019). O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas? *Cadernos de Pesquisa*, 49(172), 184-208.
- Silva Filho, R. L., Montejunas, P. R., & Hipólito, O. L. (2007). A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 641-659.
- Sousa, M. R. (2016). *O Sistema de Seleção Unificada e o preenchimento de vagas na Universidade Federal da Grande Dourados*. Universidade Federal de Grande Dourados.
- Sousa, M. S. (2015). *Os efeitos do SiSU no acesso ao ensino superior: Os fatores condicionantes da não ocupação das vagas pelos convocados na Universidade Federal do Piauí*. Universidade Federal do Piauí.
- Souza, S. L. (2008). *Evasão no ensino superior: Um estudo utilizando a mineração de dados como ferramenta de gestão do conhecimento em um banco de dados referente à graduação de engenharia*. Programas de pós-graduação de engenharia. Universidade Federal do Rio De Janeiro.
- Szerman, C. (2015). *Os efeitos de um mecanismo de admissão da faculdade centralizado sobre a migração e da faculdade de inscrição: Evidências do Brasil*. Fundação Getúlio Vargas.

## Sobre os Autores

### Isabella Araújo Campos

Universidade Federal de Viçosa

[araujocamposisabella@gmail.com](mailto:araujocamposisabella@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0003-0708-7228>

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa.

**Magnus Luiz Emmendoerfer**

Universidade Federal de Viçosa

magnus@ufv.br

<http://orcid.org/0000-0002-4264-8644>

Pós-doutor em Administração Pública, Universidade do Minho, e em Turismo, Universidade do Algarve, Portugal. Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, UFMG. Administrador e Mestre em Administração pela UFSC. Professor Associado no Departamento de Administração e Contabilidade da UFV com atuação no Programa de Pós-graduação em Administração - Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado com concentração em Administração Pública. Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP (2018-2020). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos. Tem interesse em temas sobre Gestão e Políticas Públicas, Inovação e Empreendedorismo no Setor Público, Educação, Turismo e Economia Criativa.

## arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 103

13 de julho 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a [Fischman@asu.edu](mailto:Fischman@asu.edu)

Síguenos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa\_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas  
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), **Maria Lúcia Rodrigues Muller** (Universidade Federal de Mato Grosso e Science), **Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

**Almerindo Afonso**  
Universidade do Minho  
Portugal

**Alexandre Fernandez Vaz**  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, Brasil

**José Augusto Pacheco**  
Universidade do Minho, Portugal

**Rosanna Maria Barros Sá**  
Universidade do Algarve  
Portugal

**Regina Célia Linhares Hostins**  
Universidade do Vale do Itajaí,  
Brasil

**Jane Paiva**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Maria Helena Bonilla**  
Universidade Federal da Bahia  
Brasil

**Alfredo Macedo Gomes**  
Universidade Federal de Pernambuco  
Brasil

**Paulo Alberto Santos Vieira**  
Universidade do Estado de Mato  
Grosso, Brasil

**Rosa Maria Bueno Fischer**  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

**Jefferson Mainardes**  
Universidade Estadual de Ponta  
Grossa, Brasil

**Fabiany de Cássia Tavares Silva**  
Universidade Federal do Mato  
Grosso do Sul, Brasil

**Alice Casimiro Lopes**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Jader Janer Moreira Lopes**  
Universidade Federal Fluminense e  
Universidade Federal de Juiz de Fora,  
Brasil

**António Teodoro**  
Universidade Lusófona  
Portugal

**Suzana Feldens Schwertner**  
Centro Universitário Univates  
Brasil

**Debora Nunes**  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Norte, Brasil

**Lílian do Valle**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Geovana Mendonça Lunardi  
Mendes** Universidade do Estado de  
Santa Catarina

**Alda Junqueira Marin**  
Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo, Brasil

**Alfredo Veiga-Neto**  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil

**Flávia Miller Naethe Motta**  
Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Dalila Andrade Oliveira**  
Universidade Federal de Minas  
Gerais, Brasil

## archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento), **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Ignacio Barrenechea**, **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carmuca Gómez-Bueno** (Universidad de Granada), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (Universidad de Chile), **Antonia Lozano-Díaz** (University of Almería), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **María Teresa Martín Palomo** (University of Almería), **María Fernández Mellizo-Soto** (Universidad Complutense de Madrid), **Tiburcio Moreno** (Autonomous Metropolitan University-Cuajimalpa Unit), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **César Lorenzo Rodríguez Uribe** (Universidad Marista de Guadalajara), **María Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile)

**Claudio Almonacid**

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

**Miguel Ángel Arias Ortega**

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

**Xavier Besalú Costa**

Universitat de Girona, España

**Xavier Bonal Sarro** Universidad

Autónoma de Barcelona, España

**Antonio Bolívar Boitia**

Universidad de Granada, España

**José Joaquín Brunner** Universidad

Diego Portales, Chile

**Damián Canales Sánchez**

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

**Gabriela de la Cruz Flores**

Universidad Nacional Autónoma de México

**Marco Antonio Delgado Fuentes**

Universidad Iberoamericana, México

**Inés Dussel**, DIE-CINVESTAV,

México

**Pedro Flores Crespo** Universidad

Iberoamericana, México

**Ana María García de Fanelli**

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

**Juan Carlos González Faraco**

Universidad de Huelva, España

**María Clemente Linuesa**

Universidad de Salamanca, España

**Jaume Martínez Bonafé**

Universitat de València, España

**Alejandro Márquez Jiménez**

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**María Guadalupe Olivier Tellez**,

Universidad Pedagógica Nacional, México

**Miguel Pereyra** Universidad de

Granada, España

**Mónica Pini** Universidad Nacional

de San Martín, Argentina

**Omar Orlando Pulido Chaves**

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

**José Ignacio Rivas Flores**

Universidad de Málaga, España

**Miriam Rodríguez Vargas**

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

**José Gregorio Rodríguez**

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

**Mario Rueda Beltrán** Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**José Luis San Fabián Maroto**

Universidad de Oviedo, España

**Jurjo Torres Santomé**, Universidad de la Coruña, España

**Yengny Marisol Silva Laya**

Universidad Iberoamericana, México

**Ernesto Treviño Ronzón**

Universidad Veracruzana, México

**Ernesto Treviño Villarreal**

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

**Antoni Verger Planells**

Universidad Autónoma de Barcelona, España

**Catalina Wainerman**

Universidad de San Andrés, Argentina

**Juan Carlos Yáñez Velazco**

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives  
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

**Madelaine Adelman** Arizona State University

**Cristina Alfaro** San Diego State University

**Gary Anderson** New York University

**Michael W. Apple** University of Wisconsin, Madison

**Jeff Bale** University of Toronto, Canada

**Aaron Benavot** SUNY Albany

**David C. Berliner** Arizona State University

**Henry Braun** Boston College

**Casey Cobb** University of Connecticut

**Arnold Danzig** San Jose State University

**Linda Darling-Hammond** Stanford University

**Elizabeth H. DeBray** University of Georgia

**David E. DeMatthews** University of Texas at Austin

**Chad d'Entremont** Rennie Center for Education Research & Policy

**John Diamond** University of Wisconsin, Madison

**Matthew Di Carlo** Albert Shanker Institute

**Sherman Dorn** Arizona State University

**Michael J. Dumas** University of California, Berkeley

**Kathy Escamilla** University of Colorado, Boulder

**Yariv Feniger** Ben-Gurion University of the Negev

**Melissa Lynn Freeman** Adams State College

**Rachael Gabriel** University of Connecticut

**Amy Garrett Dikkers** University of North Carolina, Wilmington

**Gene V Glass** Arizona State University

**Ronald Glass** University of California, Santa Cruz

**Jacob P. K. Gross** University of Louisville

**Eric M. Haas** WestEd

**Julian Vasquez Heilig** California State University, Sacramento

**Kimberly Kappler Hewitt** University of North Carolina Greensboro

**Aimee Howley** Ohio University

**Steve Klees** University of Maryland

**Jaekyung Lee** SUNY Buffalo

**Jessica Nina Lester** Indiana University

**Amanda E. Lewis** University of Illinois, Chicago

**Chad R. Lochmiller** Indiana University

**Christopher Lubienski** Indiana University

**Sarah Lubienski** Indiana University

**William J. Mathis** University of Colorado, Boulder

**Michele S. Moses** University of Colorado, Boulder

**Julianne Moss** Deakin University, Australia

**Sharon Nichols** University of Texas, San Antonio

**Eric Parsons** University of Missouri-Columbia

**Amanda U. Potterton** University of Kentucky

**Susan L. Robertson** Bristol University

**Gloria M. Rodriguez** University of California, Davis

**R. Anthony Rolle** University of Houston

**A. G. Rud** Washington State University

**Patricia Sánchez** University of University of Texas, San Antonio

**Janelle Scott** University of California, Berkeley

**Jack Schneider** University of Massachusetts Lowell

**Noah Sobe** Loyola University

**Nelly P. Stromquist** University of Maryland

**Benjamin Superfine** University of Illinois, Chicago

**Adai Tefera** Virginia Commonwealth University

**A. Chris Torres** Michigan State University

**Tina Trujillo** University of California, Berkeley

**Federico R. Waitoller** University of Illinois, Chicago

**Larisa Warhol** University of Connecticut

**John Weathers** University of Colorado, Colorado Springs

**Kevin Welner** University of Colorado, Boulder

**Terrence G. Wiley** Center for Applied Linguistics

**John Willinsky** Stanford University

**Jennifer R. Wolgemuth** University of South Florida

**Kyo Yamashiro** Claremont Graduate University

**Miri Yemini** Tel Aviv University, Israel